

Nota Técnica



Uma breve reflexão sobre o desempenho econômico Brasileiro diante da crise da Covid-19

Terça-feira, 19 de outubro de 2021

Resumo

- ✓ Esta nota discute a resposta dos principais indicadores econômicos brasileiros às medidas de mitigação da crise sanitária decorrente da pandemia do Covid-19, em comparação com a dinâmica internacional (com atenção especial para os países latino-americanos);
- ✓ Os resultados indicam que a estratégia de combate à pandemia pautada na garantia de recursos para saúde, suporte à população carente, preservação de empregos, aumento da liquidez voltada para o mercado de crédito e a transferência de recursos para os entes subfederativos conseguiu atenuar os efeitos econômicos dessa crise;
- ✓ Dados relativos ao Produto Interno Bruto (PIB) indicam que o Brasil registrou uma das menores quedas no mundo, sendo inferior às quedas registradas por todos os países latino-americanos;
- ✓ O desempenho do PIB em 2020 contribuiu para uma retomada econômica acelerada. Tomando-se o crescimento real do PIB realizado em 2020 e a previsão para 2021, o Brasil apresenta um crescimento positivo acumulado em cerca de 1,0%, só ficando atrás do Chile, 2,0%;
- ✓ O mesmo padrão de retomada é registrado no investimento. O Brasil novamente apresenta um crescimento real do investimento em torno de 7,1%. Em outras palavras, bem acima do padrão registrado no período pré-crise da Covid-19;
- ✓ Por fim, a estratégia de combate à crise sanitária se deu sem o abandono da âncora fiscal. Dados da relação dívida/PIB para os anos de 2020 e 2021 registram uma queda do indicador brasileiro em torno de 7,7%, sendo a maior queda observada em comparação com outras nações latino-americanas. Além disso, o governo Bolsonaro será o primeiro governo pós-Constituição de 1988 que reduzirá a despesa primária em percentual do PIB em um ciclo de 4 anos de governo;
- ✓ Em outras palavras, mesmo diante de todas as medidas de socorro à população e à atividade produtiva como enfrentamento à crise sanitária provocada pela pandemia, a âncora fiscal brasileira não foi abandonada e o caminho rumo à redução da dívida pública em proporção do PIB continua a ser trilhado.

1. Introdução

A Pandemia da Covid-19 expôs o Brasil e o mundo a desafios interligados nas esferas da saúde pública, proteção social e manutenção da atividade econômica. De início, muitas das medidas tomaram caminhos



nunca antes trilhados pelos “manuais” de mitigação de crises e demandaram dos agentes públicos decisões rápidas em um cenário de elevada incerteza. Nesse contexto, a estratégia brasileira baseou-se na garantia de recursos emergenciais para o enfrentamento à crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19, mas sem desprezar os pilares fiscais, tampouco onerar ainda mais a população com aumento de impostos para garantir esses recursos. Um exemplo claro desse direcionamento pode ser encontrado nas declarações do Ministro da Economia, Paulo Guedes, no início de maio de 2020,¹ em que foi destacado que a saída para a crise não se daria via criação de “impostos novos, para aumentar a carga tributária”, muito menos pelo incremento do investimento público.

Ciente desse direcionamento, a política econômica de combate à crise passou a atuar em cinco eixos: 1) transferência de recursos para a área de Saúde; 2) ajuda à população carente; 3) preservação de empregos e empresas; 4) aumento da liquidez para irrigar o mercado de crédito; e 5) transferência de recursos a estados, Distrito Federal e municípios para que pudessem absorver a abrupta perda de receita pública.² Como exemplos dessa linha de atuação têm-se os mais de R\$ 47 bilhões liberados para a Saúde em 2020 e garantia de recursos para o programa de vacinação contra a Covid-19. Ademais, destacam-se o Auxílio Emergencial, que beneficiou mais de 53,9 milhões de brasileiros; e o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm), que ao final de 2020 contou com aproximadamente 20 milhões de acordos para suspensão ou redução da jornada de trabalho. Em resumo, as medidas de combate à crise, não computadas os esforços no sentido da facilitação da livre concorrência, reformulação de marcos legais e as reformas adotadas no período, corresponderam a um esforço fiscal de cerca de R\$ 524 bilhões só em 2020.³ Além disto, todo esse escopo de atuação deveria ser pautado no equilíbrio fiscal.

Diante disso, esta Nota Técnica pretende apresentar os principais indicadores de atividade econômica durante o governo Jair Bolsonaro, comparando o desempenho da economia brasileira entre os principais países do mundo, em especial, os países latino-americanos.

¹ Ver: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/05/09/guedes-sada-da-crise-por-aumento-de-gastos-pblicos-e-impostos-no-ser-conosco.shtml>

² Detalhes podem ser encontrados na “Nota Informativa da SPE: Medidas de Combate aos Efeitos Econômicos da COVID-19” <https://www.gov.br/economia/ptbr/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2020/nota-informativa-medidas-fiscais-coronavirus-final17_04.pdf/view>.

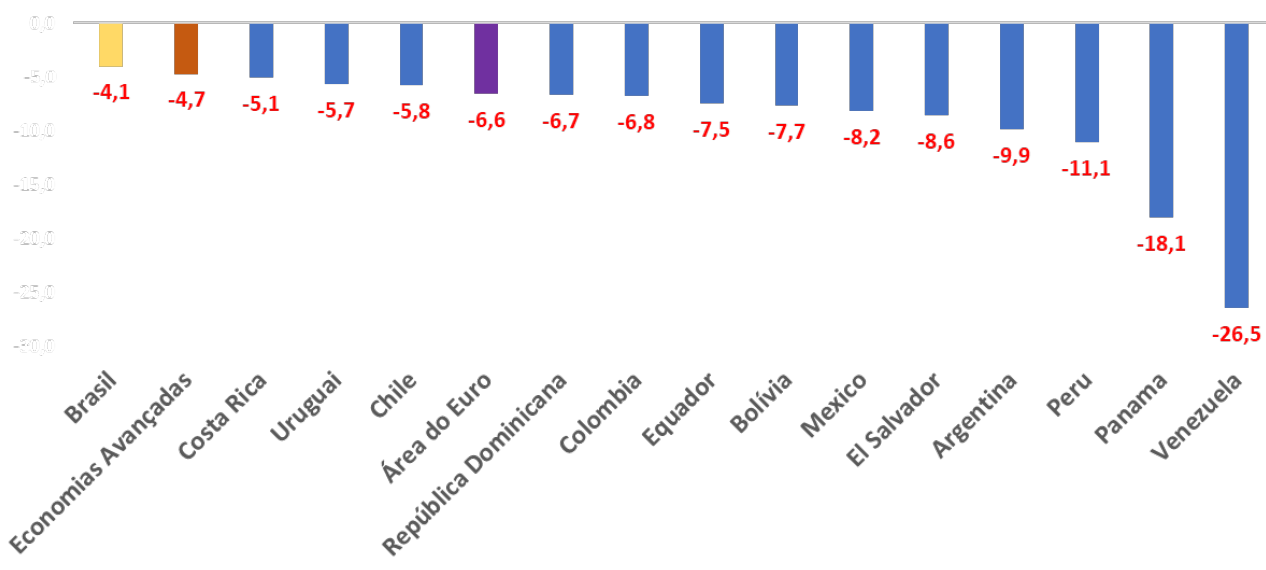
³ Todos os valores citados nesse parágrafo podem ser confirmados no Portal da Transparência: <<<http://www.portaltransparencia.gov.br/coronavirus?ano=2020>>>.

2 Brasil e o Cenário Internacional

2.1 Produto Interno Bruto (PIB) em 2020

Os primeiros resultados das medidas brasileiras começaram a surtir efeito ainda em 2020. Mesmo em face das expectativas pessimistas por parte dos organismos internacionais, **o Brasil registrou uma das menores quedas do PIB no mundo, superando, inclusive, os principais países da Europa.** Entre os países latino-americanos, o Brasil registrou a menor queda do PIB real em 2020 (-4,1%), frente a -9,9% da Argentina e -26,5% da Venezuela, por exemplo, conforme Gráfico 1 a seguir. Convém ressaltar que as expectativas de queda para o PIB brasileiro registradas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial na primeira metade de 2020 eram, respectivamente, de -9,1% e -8,1%.

Gráfico 1 – Taxa de Crescimento do PIB real em 2020 - Países latino-americanos

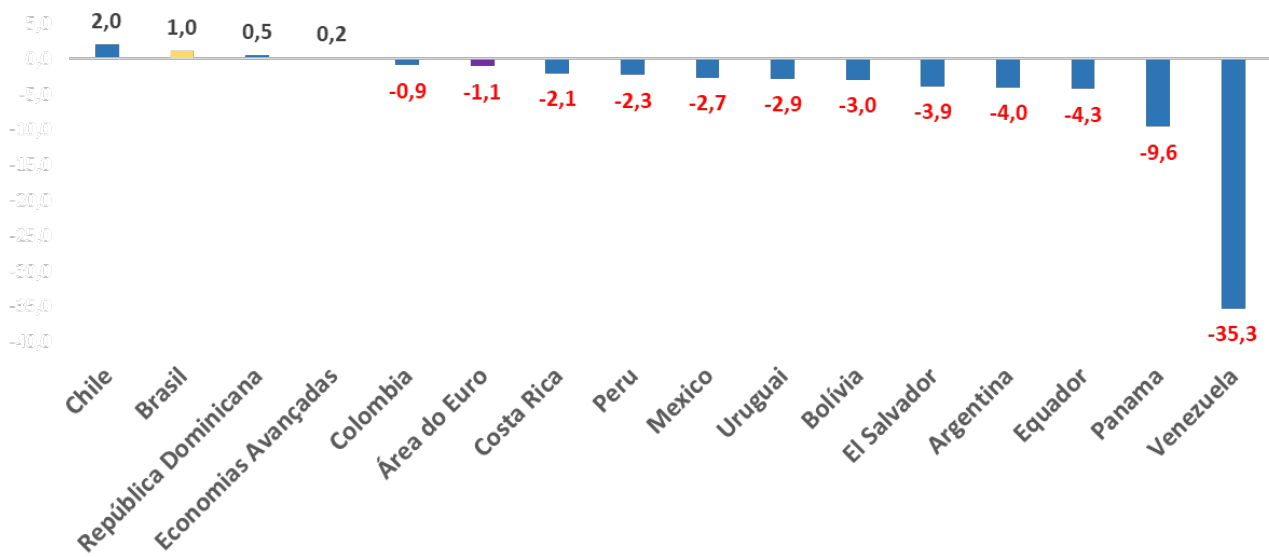


Nota: com exceção do Brasil, as informações sobre os demais países foram obtidas na *Bloomberg*.

2.2 Retomada econômica célere

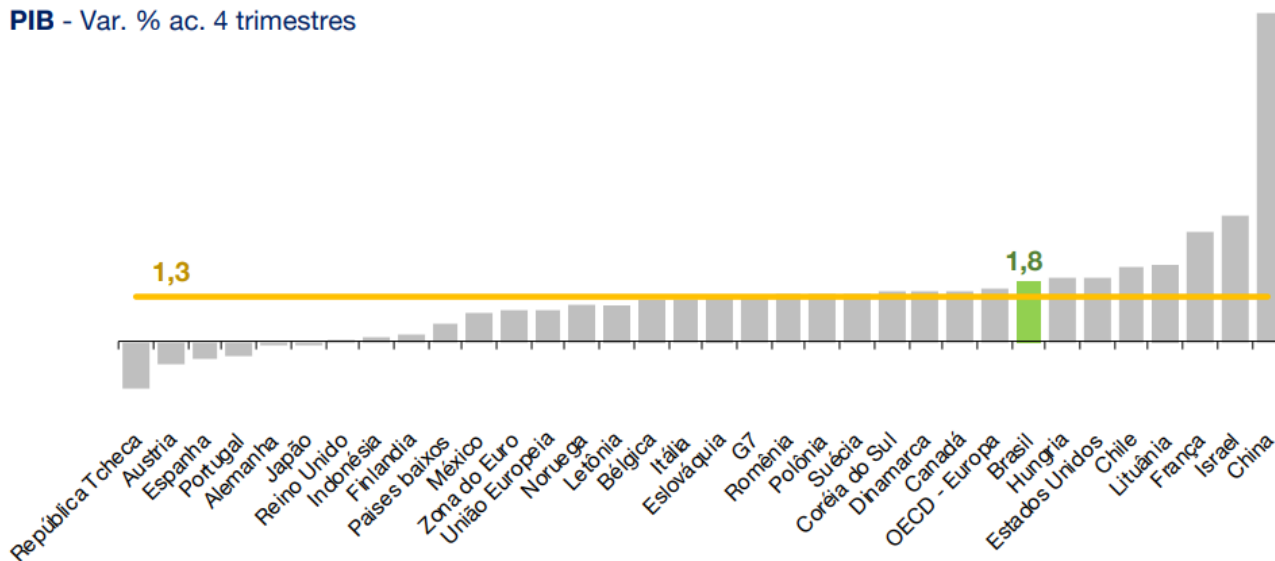
Muito mais do que um desempenho satisfatório no ano de 2020, o Brasil passou a registrar um retorno célere aos patamares econômicos pré-crise. Os dados indicam que o país retomou o nível de atividade pré-Covid-19 já no início de 2021. Um exercício simples pode atestar essa afirmação. Tomando-se o crescimento real do PIB realizado em 2020 e a previsão para 2021, o Brasil apresenta um crescimento positivo acumulado em cerca de 1,0%, só ficando atrás do Chile, 2,0%.⁴

⁴ Fonte de dados: <<<https://www.bloomberg.com/professional/product/market-data/>>>.

**Gráfico 2** – PIB real - acumulado (variação entre 2020 e 2021) – países e blocos econômicos

Nota: no caso do Brasil, as informações foram obtidas junto à Grade de Parâmetros Macroeconômicos da SPE, divulgada em julho de 2021. Para os demais países, as informações foram obtidas na *Bloomberg*. * Dados para 2021 consideram previsões de mercado.

O PIB brasileiro cresceu 1,8% nos quatro trimestres compreendendo o segundo semestre de 2020 e primeiro semestre de 2021, período ainda marcado por fortes impactos da pandemia. Esse crescimento superou a média de um grupo de 30 países divulgados pela OCDE no período. No acumulado em quatro trimestres, o crescimento do Brasil foi superior ao de países desenvolvidos, como o Reino Unido e Alemanha, e em relação aos países emergentes fica atrás apenas da China e do Chile. A redução na margem do PIB no segundo trimestre de 2021 esteve próxima à estabilidade no trimestre com o maior número de mortes da pandemia.

Gráfico 3 – PIB Real - variação percentual acumulada (2º semestre de 2020 e 1º semestre de 2021)**PIB - Var. % ac. 4 trimestres**

Fonte: IBGE, OCDE e FMI. Elaboração: SPE/ME.

2.4 Retomada do investimento

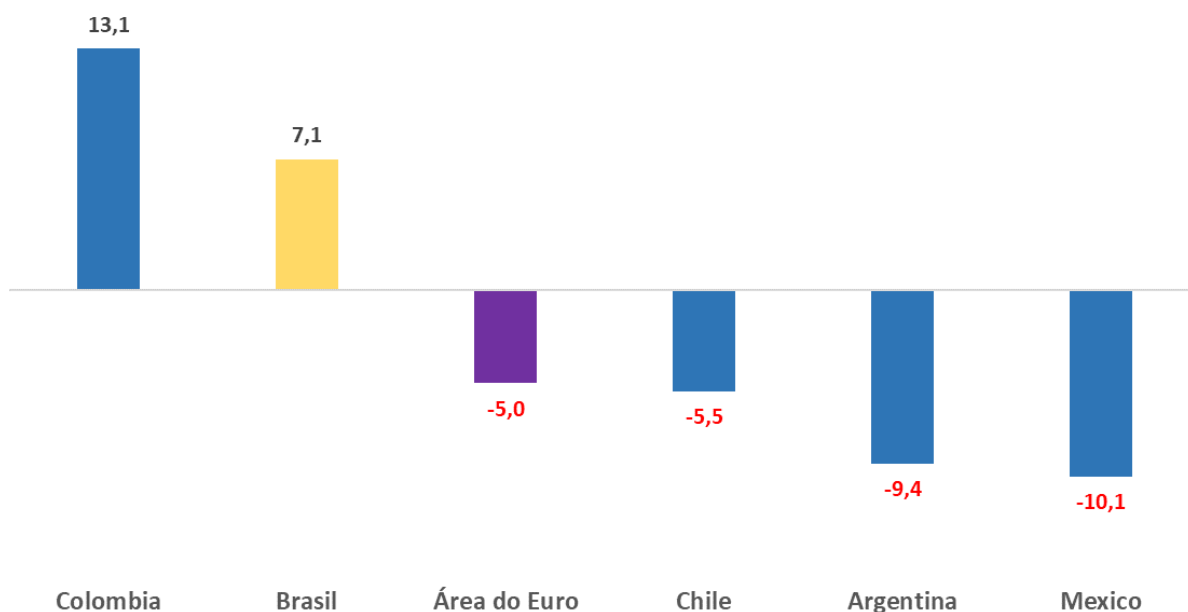
Outro ponto de destaque é o comportamento do investimento. Em sua nota informativa “Investimento puxa retomada econômica”,⁵ a Secretaria de Política Econômica (SPE) ressalta a continuidade da forte recuperação do investimento, o qual teve alta de 17% no trimestre, influenciado pelo aumento da produção de bens de capital, em especial máquinas e equipamentos. Além disso, a retomada da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) mais rápida do que nas crises anteriores se relaciona com a maior participação do setor privado, principalmente no financiamento, com elevada captação em renda variável e renda fixa, conforme apresentado em outra nota informativa intitulada “Rápida retomada do investimento com menor participação dos bancos públicos”.⁶ Em resumo, o padrão observado permitiu um crescimento do investimento acumulado entre 2020 e 2021 de cerca de 7,1%, conforme demonstrado no Gráfico 4 a seguir. Novamente, o país só se posicionou atrás de um país latino-americano, nesse caso, a Colômbia.

⁵ Disponível em: <<<https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2021/ni-investimento-puxa-retomada-economica.pdf/@download/file/ni-investimento-puxa-retomada-economica.pdf>>>.

⁶ Disponível em: <<<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/conjuntura-economica/estudos-economicos/2021/ni-rapida-retomada-do-investimento-com-menor-participacao-dos-bancos-publicos.pdf/@download/file/NI%20-%20R%C3%A1pida%20retomada%20do%20investimento%20com%20menor%20participa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20bancos%20p%C3%BAblicos.pdf>>>.



Gráfico 4 – Investimento - acumulado (variação entre 2020 e 2021*) – países e blocos econômicos selecionados



Nota: as informações foram obtidas na *Bloomberg*. * Dados para 2021 consideram previsões de mercado.

Observação: Apenas os países listados na Figura dispõe de informações no banco de dados.

É importante salientar que, na crise econômica internacional de 2008-2009, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) precisou socorrer grandes empresas com crédito subsidiado. Em nota informativa intitulada “Revolução nos fundamentos do investimento: análise de reformas microeconômicas”, a SPE destacou que, até 2015, era crescente a participação dos recursos direcionados no total do crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Os créditos direcionados eram recursos emprestados basicamente para os setores do agronegócio, da construção civil, da infraestrutura e da indústria em geral, para o financiamento de bens de capital e de tecnologia. Além disso, o custo total do aumento das operações no período de 2007-2014 pelo BNDES foi de R\$ 530 bilhões a valores de 2020. Ou seja, todo o custo de oportunidade dos empréstimos do BNDES, que é pago pelo cidadão brasileiro, equivale, praticamente, ao gasto em 2020 no combate à pandemia. Esse foi o custo que a sociedade brasileira pagou pelas políticas econômicas de direcionamento estatal.

Na atual crise sanitária, o mercado já tinha mudado seu comportamento tanto que empresas grandes foram direto ao mercado para fortalecer caixa, sem precisar de socorro de bancos públicos. Em 2020, a escolha para a retomada da economia foi através da redução da participação do setor público no mercado de crédito, reduzindo a atuação nas operações de origem de capital e no menor direcionamento. A redução estrutural da taxa de juros – resultado do processo de consolidação fiscal em curso –, fornecimento de garantias e medidas que desburocratizam o crédito possibilitaram que o setor privado aumentasse sua



participação, contribuindo para o sucesso da recuperação da economia e do investimento. Em resumo, investimento com rápida recuperação e sem necessidade de se aumentar crédito subsidiado.

2.5 Desempenho fiscal

A análise dos resultados contidos no Boletim Resultado Fiscal Estrutural 2020 produzido pela Secretaria de Política Econômica (SPE)⁷ – em especial, a variação no resultado fiscal estrutural (RFE) entre os anos de 2019 e 2020 –, ganha ainda mais relevância quando comparada com os resultados apresentados pelo resto do mundo no mesmo período. O Boletim já indicava que o Brasil atravessou os efeitos adversos da pandemia da Covid-19 sem uma alteração significativa no seu componente fiscal estrutural. Em outras palavras, sem que os gastos fiscais associados ao combate à pandemia fossem incorporados ao orçamento de forma permanente. A comparação internacional, sintetizada na Tabela 1, permite inferir que esse não foi o padrão experimentado pelas demais economias mundiais. Nelas, o componente fiscal estrutural mais do que dobrou no período.

Tabela 1: Resultados Fiscal Estrutural: Brasil e demais economia mundiais, 2019 e 2020.

Economias	2019	2020	Varição Absoluta
Brasil ⁽¹⁾	-1,16	-1,33	-0,17
Economias Avançadas ⁽²⁾	-3,23	-8,02	-4,79
Área do Euro ⁽²⁾	-0,47	-4,00	-3,53
G7 ⁽²⁾	-3,85	-8,86	-5,01
Outras Economias Avançadas ⁽²⁾⁽³⁾	-1,43	-5,52	-4,10

Notas:

1 - Fonte: Secretaria de Política Econômica/Ministério da Economia;

2 - Fonte: Fundo Monetário Internacional. Relatório "World Economic Outlook - Abril 2021";

3 - Outras Economias Avançadas exclui o G7 (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos) e os países da Área do Euro.

De fato, o RFE resume bem um dos pilares da política econômica adotada pelo Ministro Paulo Guedes desde janeiro de 2019, a saber: a consolidação fiscal, perseguida a partir da redução dos gastos governamentais; e, o choque de produtividade, ancorado nos processos de abertura comercial,

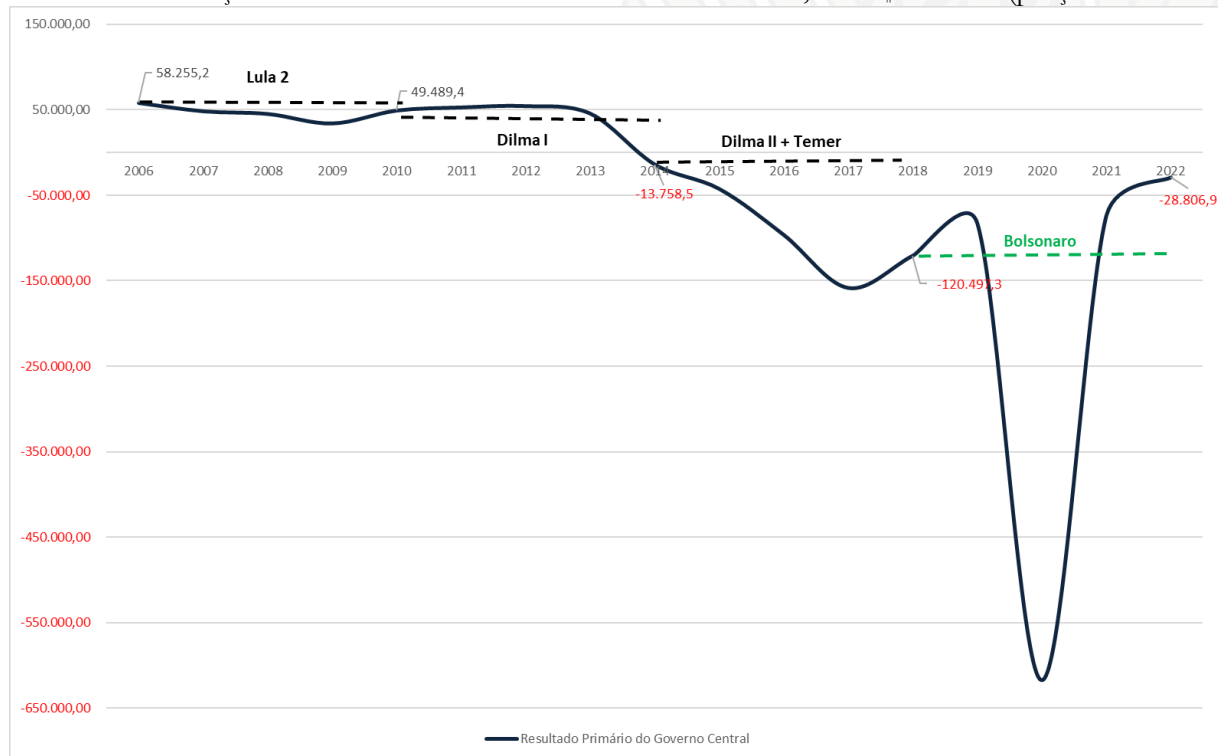
⁷ <<<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/politica-fiscal/atuacao-spe/resultado-fiscal-estrutural>>>.



desburocratização, melhoria no ambiente de negócios, privatizações, entre outros. Os resultados dessa política podem ser acessados no Boletim MacroFiscal de setembro de 2021.⁸

O que se pretende nesta seção é discutir um dos aspectos do processo de consolidação fiscal: **a redução consistente no déficit primário do governo central**. Esse fato tem sido amplamente debatido por analistas econômicos, destacando-se, entre outros aspectos, que o governo Jair Bolsonaro será o primeiro governo desde a década de 2000 a reduzir o seu déficit primário em um ciclo de quatro anos de governo. O Gráfico 5 confirma essa afirmação. Nele observa-se a evolução do déficit primário real (valores de 2022 - IPCA). As linhas pontilhadas coloridas indicam o nível do déficit primário no ano anterior ao mandato do presidente. Ela servirá como referência para o nível durante todo o período do governo. Um exemplo ajuda no entendimento: o governo Dilma I recebe um superávit primário na ordem de R\$ 49,4 bilhões e termina seu primeiro mandato com um déficit de R\$ 13,7 bilhões. O déficit de R\$ 120,4 bilhões é deixado para o governo Bolsonaro que, seguindo as projeções oficiais, chegará ao final de 2022 com um déficit de R\$ 28,8 bilhões, mesmo diante de uma das maiores crises sanitárias da história mundial.

Gráfico 5: Evolução do Resultado Primário do Governo Central, em R\$ milhões (preços de 2021: IPCA)*



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. * A partir de 2021, consideram-se as projeções oficiais.

⁸ <<<https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletim-macrofiscal/2021/boletim-macrofiscal-setembro-2021.pdf/view>>>.



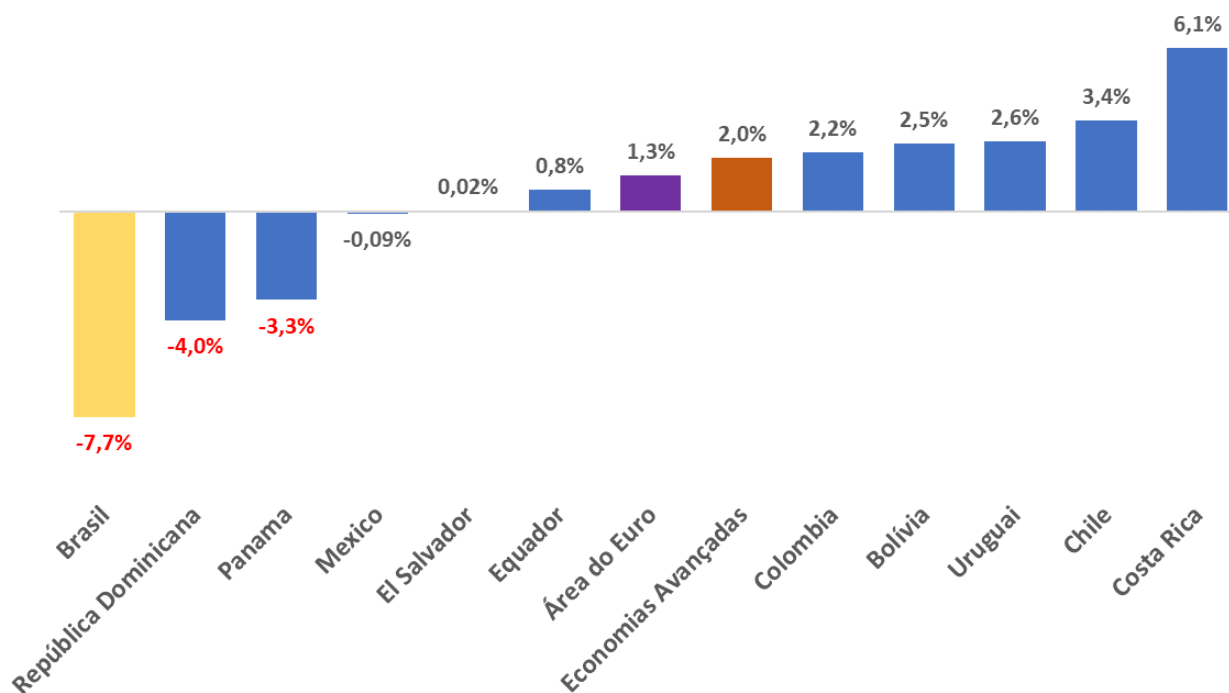
Contudo, um importante aspecto do processo de consolidação fiscal vem sendo pouco abordado. O ajuste fiscal **não é centrado no aumento da carga tributária, mas sim na limitação dos gastos do governo central**. Ao contrário do comportamento usual, o governo Jair Bolsonaro vem buscando reduzir a carga de tributos ao longo do tempo. Diversas ações concretas e projetos submetidos ao Congresso Nacional podem atestar essa afirmação. Por exemplo, na recente nota informativa intitulada “O Processo de Consolidação Fiscal do Governo Federal: Esforços para Reduzir a Carga Tributária Aliados aos Cortes nos Gastos do Governo”, em particular, foram destacadas três medidas já em curso – redução nos impostos de importação de mais de 1.500 produtos; DPVAT; e Multa do FGTS – além de uma análise preliminar acerca da proposta de reforma do imposto de renda⁹. Do lado da redução dos gastos, haverá uma análise da evolução das despesas relacionadas a três grandes grupos: previdência, juros e pessoal. **A principal conclusão é que há um claro movimento de melhoria na situação fiscal centrada – simultaneamente –, na sinalização da redução dos impostos e no expressivo corte dos gastos federais.**

Por fim, é importante destacar que, de acordo com as projeções de analistas de mercado reportadas no Prisma Fiscal da SPE para o mês de agosto, espera-se que em 2021 a Dívida Bruta do Governo Geral em proporção do PIB se reduza em relação ao ano anterior, encerrando 2021 em 82,0%. Isso representa uma queda na relação dívida/PIB em torno de 7,7%¹⁰. Vale salientar que apenas quatro nações latino-americanas apresentaram queda na relação dívida/PIB (Gráfico 6), dentre as quais o Brasil registrou a maior queda. Chile e Colômbia que se destacaram nos itens de retomada da atividade econômica e crescimento do investimento registraram aumentos na relação dívida/PIB de 3,4% e 2,2%, respectivamente. Em outras palavras, essa informação constitui um dos indicadores de que mesmo diante de todas as medidas de socorro à população e à atividade produtiva, a âncora fiscal não foi abandonada e o caminho rumo à redução da dívida pública continua a ser trilhado.

⁹ Disponível em: << <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/conjuntura-economica/estudos-economicos/2021/ni-o-processo-de-consolidacao-fiscal-do-governo-federal-esforcos-para-reduzir-a-carga-tributaria-aliados-aos-cortes-nos-gastos-do-governo.pdf> >> Acesso em 15/10/2021.

¹⁰ Em audiência pública no Senado Federal em 26/08/2021, o Ministro Paulo Guedes estimou que a dívida bruta do governo geral como proporção do PIB irá a 81,2% este ano, e que depois recuará ao patamar de 80%, pontuando que essa é uma hipótese conservadora, já que a trajetória poderá ser melhor. Disponível em: << <https://www.istoedinheiro.com.br/deficit-primario-em-2021/> >>. Acesso em: 26 ago. 2021.

Gráfico 6 – Dívida Bruta do Governo Geral, em percentual do PIB (variação percentual entre 2020 e 2021) – países e blocos econômicos selecionados



Nota:

1 - No caso do Brasil, para o ano de 2020, considerou-se o Relatório de Projeções da Dívida Pública nº 01/2021 (Tabela A.1, p. 24). Disponível em: <<<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-projecoes-da-divida-publica/2021/26>>>, acesso em 26/08/2021. Para o ano de 2021, considerou-se a mediana das projeções do Prisma Fiscal de agosto divulgado pela SPE.

2 - Para os demais países, os dados de 2020 e 2021 foram obtidos na base de dados "World Economic Outlook Database: April 2021 Edition" do Fundo Monetário Internacional. Disponível em: <<<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/April>>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

Os resultados relativos ao comportamento da proporção dívida/PIB conduzem a uma análise mais aprofundada sobre a situação fiscal. Apesar da pandemia e cumprindo o Teto dos Gastos, **o governo Bolsonaro será o primeiro governo pós-Constituição de 1988 que reduzirá a despesa primária em percentual do PIB em um ciclo de 4 anos de governo.** A pesquisa Focus de 08/10/2021¹¹ destaca a redução consecutiva do déficit primário observada nas últimas semanas, estando agora em 1,4% do PIB. Estimativas do governo indicam que esse déficit poderá se reduzir para um patamar inferior a 1,5% do PIB este ano considerando o ritmo de arrecadação que tem sido registrado. Vale salientar que no início de março, pela pesquisa Focus, esse déficit era de 2,8% do PIB. Em resumo, o resultado primário esperado para o ano de 2021 foi melhorado pelo mercado.

¹¹ Disponível em: <<<https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20211008.pdf>>>. Acesso em: 14 out. 2021.



Esses resultados são fruto de vários esforços tomados pelo governo federal. Em uma nota recente, “Enxugamento do quadro do funcionalismo público federal: um aceno para uma economia mais produtiva e dinâmica”,¹² a SPE demonstra que a máquina pública federal brasileira entrou em uma trajetória de enxugamento recente no quadro de servidores. Atualmente o país apresenta a menor taxa de reposição da série histórica, sendo que na média dos últimos 3 anos pouco mais de 11 mil novos servidores foram contratados. Em resumo, o enxugamento do quadro de servidores públicos federais resultou em uma queda, aproximadamente, de R\$ 20 bilhões nas despesas com pessoal nos últimos 5 anos. Com isso, o montante de despesa em 2020 (R\$ 199,8 bilhões) se encontra aproximadamente igual ao valor de 2014 (R\$ 198,3 bilhões), em valores correntes. Esses números são um reflexo da postura do Governo Federal em relação ao serviço público, buscando o equilíbrio das contas públicas e a melhora na eficiência na prestação de serviços.

Em complemento, pode-se dizer que o Brasil foi talvez o único país do mundo que aprovou regras fiscais de contenção da despesa durante a pandemia. A **Emenda Constitucional nº 109/2021** (anteriormente PEC 186/2019 – “PEC Emergencial”) estabelece o **Novo Marco Fiscal** ao impor maior rigidez na aplicação de medidas de contenção fiscal, controle de despesa com pessoal e redução de incentivos tributários visando um horizonte de médio e longo prazo. Foram criados “gatilhos” para que, sempre que os gastos públicos alcançarem determinado patamar, ou a dívida pública até determinado nível, houvesse flexibilização orçamentária, possibilitando cortes de despesas. Inclui-se aqui a proibição de reajustes do funcionalismo público e revisão de incentivos fiscais. Além disso, essa Emenda Constitucional representou um marco na institucionalização da avaliação de políticas públicas, dado que agora a Constituição Federal exige a avaliação dessas políticas em todos os níveis da Federação, com divulgação dos resultados.

2.6 Reformas Econômicas

Por fim, cabe destacar que importantes reformas pró-mercado tem sido aprovadas a partir de 2020:

- O **Novo Marco Legal do Saneamento** (Lei nº 14.026/2020) prevê a universalização dos serviços de água e esgoto até 2033, além de ter como objetivo que 99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% da população tenha acesso ao tratamento e à coleta de esgoto até o prazo estabelecido.

¹² Ver: <<<https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2021/ni-enxugamento-do-quadro-do-funcionalismo-publico-federal.pdf/view>>>.



- A **Nova Lei de Falências** (Lei nº 14.112/2020) trouxe regras para dar maior fôlego para empresas em situação de recuperação judicial, auxiliando na preservação da atividade econômica prestada por essas empresas.
- A **Nova Lei de Licitações** (Lei nº 14.133/2021) trata das regras sobre contratações públicas - substituindo o regramento estatal de décadas anteriores relacionado ao processo licitatório - e, desse modo, busca agilizar todo o processo de compra ou contratação de bens e serviços, e fornecer mais transparência para a sociedade.
- A **Autonomia do Banco Central do Brasil** (Lei Complementar nº 179/2021) estabelece que, entre outras mudanças, essa instituição deixe de ser vinculada ao Ministério da Economia, sendo classificada como um órgão público com autonomia operacional, determinando mandato fixo de quatro anos para seu presidente e demais diretores. A estabilidade dos preços continua sendo o objetivo fundamental do Banco Central que, sem prejuízo desse objetivo, também irá zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego.
- O **Novo Marco Regulatório do Gás Natural** (Lei nº 14.134/2021) trouxe maior desconcentração do mercado do gás, não permitindo que uma mesma empresa possa atuar em todas as fases, da produção e extração até a distribuição, além de estimular a concorrência na construção de gasedutos.
- A **Modernização do Ambiente de Negócios** (Medida Provisória nº 1.040/2021) ataca pontos cruciais na rotina das empresas brasileiras, como a burocracia para o tempo de abertura e funcionamento, regras de comércio exterior e para o conselho administrativo de empresas de capital aberto. Estabelece a criação do CNPJ unificado, emissão automática de alvarás, facilitação de energia elétrica e maior segurança jurídica para importações.
- O **Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador** (Lei Complementar nº 182/2021) teve por intuito, entre outras finalidades, definir um conjunto de regras para o funcionamento do setor de inovação brasileira e, também, reduzir a burocracia para uma *startup* no país.
- A **Capitalização da Eletrobrás** (Medida Provisória nº 1.031/2021) permite que o Estado deixe de controlar 100% do capital, e dividirá a responsabilidade da empresa com acionistas da iniciativa privada. Espera-se que a capitalização fortaleça a instituição, possibilitando investimentos para manter a competitividade da organização no setor elétrico.

Em síntese, os resultados apresentados nessa nota permitem inferir que o arcabouço fiscal do Governo Federal permitiu que houvesse uma expansão necessária e sem precedentes dos gastos públicos para o



enfrentamento da pandemia; por outro lado esse mesmo arcabouço permitiu que se mantivesse a confiança dos agentes econômicos na sustentabilidade das contas públicas. Além disso, o comportamento da despesa primária mostra a importância das regras fiscais em vigor para evitar que despesas temporárias de combate à pandemia se transformassem em despesas permanentes, conforme destacado no Sumário Executivo do Resultado do Tesouro Nacional de junho/2021¹³.

¹³ Disponível em: <<<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn>>> Acesso em 26 ago. 2021.